

O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVESSANDO A PONTE

Adriana Rocha Bruno*

José Francisco de Almeida Pacheco. José Pacheco. Zé Pacheco. Zé da Escola da Ponte, do Projeto Âncora, Zé...

Escrever sobre uma pessoa que admiramos traz inusitadas sensações: de um lado, a facilidade em poder materializar a emoção em papel e se deleitar numa narrativa que traduz os feitos desse educador. De outro lado, o peso da responsabilidade que isso envolve: a tensão entre a razão e a emoção, cujo equilíbrio é fundamental para sobrevivência.

José Pacheco, português, é pedagogo e mestre em Educação pela Universidade do Porto. Escolheu viver no Brasil e tem acompanhado mais de cem projetos para (trans)formação de escolas, inclusive em Juiz de Fora (MG).

É um educador com ideias que são partilhadas por muitos outros educadores: a crítica à escola que se baseia ainda nas práticas do século XIX e o desejo de produzir outros espaços de aprendizagem. A diferença entre ele e muitos dos que lutam e militam com esperança pela educação é que ele propõe uma escola sem aulas, sem turmas, sem seriação – uma escola que pratica a integração de ideias, de áreas, de conhecimentos e principalmente de pessoas.

Multirreferencial, esse educador possui uma das qualidades mais raras e importantes no campo profissional da educação: a coerência. Com essa forma de ser, ele traz para o cenário de discussão e reacende, como o fez Paulo Freire e tantos outros pensadores desde Aristóteles, a possibilidade de ser coerente e de colocar em prática o que pensamos e desejamos.

“Um educador não ensina aquilo que diz; ele transmite aquilo que é” (José Pacheco). Essa frase, garimpada da entrevista a que todos terão acesso a seguir, diz muito sobre esse educador, e é com ela que modesta e carinhosamente apresento esse grande parceiro de ideias e de práticas aos muitos leitores.

Aprendamos com esse grande mestre.

Compreendendo que o campo de estudos da História é muito fértil e potente, permitindo articulações plurais, como o senhor acha que seria possível ao ensino de História *fazer/produzir/ampliar/cruzar* a Ponte?

ZP – Não se creia ser possível (e muito menos aconselhável) querer fazer uma réplica da Ponte no Brasil. As dificuldades encontradas no Brasil são idênticas àquelas que defrontamos em Portugal e outros países onde ajudei a desenvolver projetos. Aquilo que vejo no Brasil é que começa a manifestar-se sensibilidade, nomeadamente da parte do poder público, relativamente à necessidade de criar condições de sustentabilidade de projetos, que considero inovadores.

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: arbruno@gmail.com

No campo de estudos da História, como de outras áreas, aquilo que a Ponte pode conseguir é apenas inspirar os bons professores, que habitam a solidão e o anonimato das escolas brasileiras.

Como são desenvolvidos o ensino de História em escolas como o Âncora e a Ponte? Poderia ilustrar, dar exemplos destes trabalhos?

ZP – Numa das escolas, que acompanho e onde aprendo, um projeto surgiu de um comentário proferido por um jovem: Eu falo “comunidade”, porque “favela” é uma palavra feia.

O roteiro de pesquisa foi iniciado com duas perguntas: Por que a favela tem o nome de favela? Onde foi instalada a primeira favela?

No dia seguinte, a equipe de projeto (composta por cinco jovens de idades entre os 5 e os 19 anos) trouxeram respostas: A primeira favela foi feita no fim do século XIX, no Morro da Providência, por militares.

Relançamos perguntas: Onde se situa o Morro da Providência? Quem eram esses militares? – e foram trabalhados mapas (Geografia!), procurados livros, vasculhada a internet...

Com a mediação pedagógica assegurada pelos seus tutores, os jovens estudaram a Guerra de Canudos (de onde esses militares eram oriundos), ficaram sabendo que o Conselheiro foi professor de francês, português e latim, que era chamado o São Francisco do sertão, por reconstruir capelas e igrejas. Leram excertos do livro

A guerra do fim do mundo (Língua Portuguesa!). Conheceram figuras como Floriano Peixoto, Duque de Caxias e Euclides da Cunha. Ficaram sabendo a origem de Florianópolis, o porquê da Guerra do Paraguai e a censura que um livro sofreu...

Ao cabo de uma semana, durante a qual a informação se transmutou em conhecimento, os jovens compreenderam que aquela comunidade transformara

perigosos jagunços em homens de paz e prostitutas em mulheres virtuosas. Apresentaram o seu trabalho. Ouvimos falar de uma planta, que resiste ao frio mais intenso e ao calor mais tórrido do sertão e que significa resiliência, da mesma natureza que Canudos manifestou ao longo de sucessivas campanhas de destruição perpetradas por um exército, cujos soldados (aqueles que criaram a primeira favela) acabaram compreendendo que haviam cometido um ato genocida. E passaram para novo projeto...

O agrupamento de estudantes por faixas etárias diversas pode ser considerado complicador para a organização escolar e aprendizagens. Como são trabalhadas as diferenças (misturas) de idade e como contemplar os conteúdos do ensino de História?

ZP – Esse processo acontece na aprendizagem de História como em qualquer outra disciplina. Aprendemos com quem possui conhecimentos diferentes dos nossos, e pouco se aprende com quem tem a mesma idade. Não existe qualquer evidência científica que justifique a cartesiana organização em série, ou ano, ou grupos etários, juntando no mesmo espaço alunos com a mesma idade.

De que forma as propostas praticadas pelos senhores conseguem desenvolver um cidadão crítico e atualizado?

ZP – Um educador não ensina aquilo que diz; ele transmite aquilo que é. E aprendizagem acontece quando se estabelece vínculos políticos e afetivos. A matriz axiológica do nosso projeto político-pedagógico e a nossa carta de princípios enformam práticas através das quais se fomentam valores como a autonomia, a responsabilidade e a solidariedade, esteios de cidadania. Sabemos que uma escola não deve preparar para a

cidadania – deve educar no exercício da cidadania. A nossa escola está organizada para esse fim.

Em sua opinião, a partir de suas experiências, que mudanças seriam necessárias no ensino de História para a formação do cidadão contemporâneo?

ZP – Não apenas na aprendizagem de História, as escolas transformar-se-ão e contribuirão para a formação do cidadão contemporâneo quando, através da referência a uma matriz axiológica, a uma visão de mundo e sociedade traduzidas num projeto, operem rupturas com uma tradição de educação hierárquica e burocrática. Quando ousarem, com prudência (crianças, não são cobaias de laboratório...), reconfigurar as suas práticas, assumir formas específicas de organização do trabalho escolar, em dispositivos de relação, nas atitudes do dia a dia, que viabilizem práticas de educação integral. Quando as escolas brasileiras cumprirem, efetivamente, os seus projetos político-pedagógicos.

O senhor compreende que uma escola sem paredes, sem salas, sem disciplinas específicas, consegue ajudar a formar cidadãos críticos, atuantes e felizes?

ZP – Com muros ou sem muros, as escolas deverão operar uma ruptura com o modelo epistemológico do século XIX. Urge passar de uma “educação bancária” para uma educação sustentável, uma efetiva prática de inclusão, que poderá lograr mitigar o agravamento dos fatores de exclusão das crianças e dos jovens oriundos de segmentos sociais mais desfavorecidos e contrariar a perpetuação dos círculos de exclusão. E um dos requisitos dessa educação será o da coerência entre o conteúdo do projeto político-pedagógico (PPP) e as práticas.

Que tendências o senhor vislumbra para o futuro da educação pública brasileira?

ZP- Nos últimos anos, apesar da profusão de tentativas de reforma, programas, projetos, congressos, cursos e afins, não se logrou melhorar a qualidade da educação nacional. Mas o Brasil tem tudo aquilo que precisa. E esse desiderato será alcançado quando as escolas deixarem de estar cativas de um modelo educacional obsoleto e de uma gestão burocratizada, na qual os critérios de natureza administrativa se sobrepõem a critérios de natureza pedagógica.

Como o senhor percebe a proposta de currículo mínimo único para um país como o Brasil?

ZP – A Lei de Diretrizes e Bases prevê a criação de uma Base Nacional Curricular, mas é sabido que uma base curricular é uma construção histórica, reflexo de diferentes concepções de mundo e de ser humano, de influências políticas e ideologias, se apresenta como repositório de pressões corporativas e da indústria do cursinho para vestibular bem como manobras de associações profissionais, que pugnam por maior carga horária das respectivas disciplinas.

Com apreensão, vejo que a proposta de Base Nacional Curricular está viciada, contaminada por naturalizações: aula, ano de escolaridade etc. quando deveria ser pensada para ser desenvolvida em novas construções sociais de aprendizagem, nas quais se desenvolva currículo subjetivo a par de um currículo nacional (e universal) adequado à produção de currículos comunitários. Uma escola onde aconteça educação integral e aprendizagem significativa.

Conceber currículo é, também, ponderar sobre o seu desenvolvimento, assegurar a pertinência de expectativas de aprendizagem. É evidente que um novo currículo exige novas práticas e que é tarefa inútil selecionar disciplinas e objetivos, se não se considerar as condições em que decorrem as experiências educativas. No rumo em que se insiste, a proposta revela-se como

não exequível. *Mutatis mutandis*, no modo como está a ser concebido, um currículo mínimo (ou máximo...) único para um país como o Brasil será exequível?

Gostaria de tecer outros comentários?

ZP – Apenas agradecer a oportunidade de dialogar.